

## CAPÍTULO 5

# PERCURSO TURÍSTICO-CULTURAL NO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO (RJ): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Robson William Felipe**

Turismólogo, Graduado em Gestão de Turismo, CEFET  
Rio de Janeiro - RJ

---

### RESUMO

O presente artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso apresentado ao CEFET-RJ/MARACANÃ para obtenção do grau tecnológico em gestão de turismo. Este estudo tem por objeto a experiência no percurso turístico-cultural no Museu Vivo do São Bento e traz como objetivo geral: apresentar o MVSB como um potencial atrativo sob a ótica do percurso turístico-cultural e como objetivos específicos: realizar um levantamento dos atrativos do MVSB e descrever o seu percurso sob o olhar de uma proposta para o turismo. Aborda os aspectos relacionados ao patrimônio, turismo cultural e museus de percurso, com contextualização histórica do bairro São Bento. A metodologia utilizada foi a pesquisa ação, com abordagem qualitativa e exploratória. A experiência vivida no MVSB permitiu identificar que o espaço possui características da museologia social e efetiva participação comunitária. Sob a ótica da análise estrutural do turismo, o museu possui potencialidades para se tornar um importante atrativo turístico na região, no entanto, precisa superar alguns desafios para que possa alcançar os pilares estruturais, sociais, culturais, ambientais, econômicos e de gestão.

**Palavras-chave:** Cultura; Turismo; Percurso; Museu; Patrimônio.

### INTRODUÇÃO

O Museu Vivo do São Bento (MVSB) foi criado em 2008, no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) e segundo o Art. 2º da Lei 2.224 de 07 de novembro de 2008: “o MVSB é um complexo museológico instituído no território do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias e caracteriza-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou ecomuseu”. Este espaço guarda diversos vestígios da ocupação

humana naquele território ao longo do tempo, sendo o mais antigo destes vestígios, o Sambaqui<sup>1</sup> do São Bento (GOMES, 2016).

Oliveira (2020) destaca que o MVSB se fundamenta na socio-museologia ativa e interativa e, por isso, integra a sociedade local de forma efetiva ao museu, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural. Como atrativo turístico, o museu possui uma visão calcada na nova concepção museológica<sup>2</sup> intimamente ligada aos aspectos elementares do território com as influências do patrimônio na comunidade.

Portanto, este estudo traz como objeto a experiência no percurso cultural MVSB vislumbrando a potencialidade do atrativo turístico, destacando a sua relevância histórica e social para a região, bem como por preencher uma lacuna da literatura no que tange principalmente aos estudos que abordam a temática do turismo em museus de percurso. Desta forma, o objetivo geral do estudo é apresentar o MVSB como um potencial atrativo sob a ótica do percurso turístico-cultural e os objetivos específicos são: realizar um levantamento dos atrativos do MVSB e descrever o seu percurso sob o olhar de uma proposta para o turismo.

Possuindo uma forte história marcada pelo patrimônio material e imaterial, o museu em destaque consubstancia um ambiente de importante relevância cultural, sendo um potencial para o turismo em Duque de Caxias e destaca-se principalmente com abordagens que envolvem a historicidade local indo de encontro ao que ressalta o Ministério do Turismo quando diz que:

Desses primórdios até a atualidade, a cultura continua a ser uma das principais motivações das viagens em todo o mundo e durante muito tempo as destinações eram exclusivamente os grandes conjuntos arquitetônicos, os museus e os lugares que abrigavam os tesouros materiais de culturas passadas. Com o tempo, modificou-se o próprio conceito de cultura, ampliou-se os limites do que os estudiosos e as instituições responsáveis pelas

---

<sup>1</sup> A palavra sambaqui é de origem tupi e significa “amontoado de conchas”. Os sambaquis ou concheiras são depósitos de cascas de ostras e conchas e restos de artefatos como ferramentas, armas, utensílios domésticos e até ossos humanos, deixados pelos paleoíndios e indígenas brasileiros. São encontrados, principalmente, em regiões litorâneas do Brasil. No Sambaqui do São Bento, um sambaqui de encosta com limites para o trabalho de escavação, foram encontrados dois esqueletos humanos, de um homem e de um menino, que permanecem preservados no local. (GOMES, 2016, p.19, cit. 5)

<sup>2</sup> Princípios baseiam-se na luta pela defesa do patrimônio, na intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e no envolvimento da comunidade local nessas questões. Ele serve à comunidade onde está inserido como um “instrumento de desenvolvimento cultural” (LACOUTURE, 1985 *apud* ARAÚJO, 2012, p. 72)

iniciativas de preservação entendiam como patrimônio cultural. As mudanças conceituais e das diretrizes de proteção à cultura tiveram influência direta na caracterização do Turismo Cultural, no perfil do turista cultural e na relação do turismo com a cultura (BRASIL, 2006, p. 14).

O caminho metodológico adotado para melhor discorrer sobre a temática e alcançar os objetivos propostos foi o trabalho de campo, através da pesquisa ação, que segundo Ângelo (2013) compreende a produção de novas informações, estruturando conhecimentos e delineando ações que se formam através da prática diária e teoria existente, produzindo novos conhecimentos e intervenções na realidade do campo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que segundo Minayo e Gomes (2008) permite a aproximação do pesquisador com a realidade e os atores envolvidos nesse espaço com cunho social. Aborda na fase exploratória a literatura acadêmica sobre o MVSb, obtida através das ferramentas buscadoras google acadêmico e arquivo do Centro de Referência Patrimonial e História de Duque de Caxias (CRPH). Desta forma o contato do autor com o patrimônio material e imaterial, através do acompanhamento das atividades compreendidas e a utilização de técnicas relacionadas à atividade turística buscam alcançar os objetivos da pesquisa.

## **PATRIMÔNIO, TURISMO CULTURAL E MUSEU: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL**

Pela perspectiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio se divide em material e imaterial (tangível e intangível). Segundo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 “Patrimônio Cultural engloba bens cuja conservação é de interesse público, por representarem vínculo com fatos memoráveis da história do Brasil e por representarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

No Art. 216 da Constituição Brasileira constituem o patrimônio cultural brasileiro:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos

urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, *Documento online*, 1988).

Estes bens culturais são todos passíveis de serem explorados turisticamente assim como arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais (BRASIL, 2010).

Para compreender este segmento de forma holística, temos o turismo cultural que engloba a vivência dos diversos elementos importantes para patrimônio, preservando a identidade do território (BRASIL, 2006). Nesse aspecto os museus se encaixam na segmentação cultural por guardarem conjunturas humanas em sua materialidade e imaterialidade produzindo um espaço de descoberta e educação.

Como Beni (2004) explica, este turismo cultural se desdobra em vários títulos como: ecológico, antropológico, religioso, arqueológico, artístico, entre outros, pois é a consequência do trabalho físico e mental do homem no espaço natural. E estes espaços com intuito de pensar e produzir cultura contribuem para o desenvolvimento local através da socialização e assim, constroem uma relação entre museus e turismo alcançando o objetivo de garantir a memória e a identidade, valorizando as ciências humanas e proporcionando um espaço de acesso e encontro com a produção material e imaterial dos grupos pertencentes ao território envolvido nessa atividade (IBRAM, 2014).

Os museus brasileiros com seu potencial de visitação se tornam, portanto, atrativos turísticos, e as atividades locais de criação e produção de artesanato, artes plásticas, práticas esportivas e religiosas, são instrumentos utilizados em atividades humanas. Os agentes sociais do MVSb dialogam com a museologia social, atribuindo ao museu o papel de agente com função social a partir de práticas que respeitam a diversidade cultural e integram, de fato, a comunidade local (CORDEIRO, 2019). A museologia social afirma a dignidade das classes populares, a potência dos povos indígenas e dos povos afro-brasileiros, a força dos movimentos feministas e LGBTI, a ecologia dos saberes e a mobilização afetos poéticos e políticos a favor da potência da vida. (CHAGAS; PIREs, 2018, p. 297).

Através do Movimento Internacional para uma Nova Museologia<sup>3</sup> (MINOM), podemos entender os ecomuseus e museus comunitários como alternativas de proposições culturais para nesse sentido expandir o turismo do segmento (CAFE, 2007) e desta forma, apresentar a perspectiva do diálogo entre o público que reside no local onde o museu é implantado

---

<sup>3</sup> “Nova Museologia é um movimento de larga abrangência teórica e metodológica, cujos posicionamentos foram centrais para a renovação dos museus do século XX, como o serão ainda para a renovação dos museus do século XXI. (DUARTE, 2013)

e a relação com a construção do seu próprio acervo. Considerando que o MVSB possui uma forte proposta de cunho social e comunitário na conservação de bens, valorização da história local e interação com o território, isto reforça o seu pertencimento a este movimento da Nova Museologia, sobretudo por caracterizar-se como um ecomuseu.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E INTERFACES COM O MUSEU VIVO DO SÃO BENTO**

No século XVI a cidade Rio de Janeiro foi palco de conflitos pela terra entre portugueses, espanhóis e franceses e, em 1555 houve um efetivo processo de ocupação, instalando, no atual Rio de Janeiro, a França Antártica. (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015). Por conta disso os portugueses reagiram fundando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), implantando assim um sistema de ocupação embasado na concessão de extensos lotes de terra para cultivo e povoação (BRAZ e ALMEIDA, 2010). Um dos exemplos desse modelo produtor era a Fazenda Iguassu, fundada na sesmaria do Iguassu, doada a Cristóvão Monteiro (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2012).

Com a morte de Cristóvão Monteiro, sua esposa a Marquesa Ferreira, doou parte das terras ao mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro que, aos poucos, possuiria as terras que formariam a Fazenda de São Bento (BRAZ e ALMEIDA, 2010).

Com o declínio da fazenda São Bento, e durante o Estado Novo, o projeto de colonização e de modernização atingiu o território, instalando núcleos coloniais agrícolas (SOUZA, 2002) e no final dos anos cinquenta, movimentos culturais emergiram em Duque de Caxias, iniciando os “combates culturais no município”. (MARQUES, 2006).

O bairro de São Bento se tornou através dessas temporalidades um grande reduto histórico em Duque de Caxias, guardando os momentos do período colonial com seus resquícios materiais, imateriais e incentiva até hoje os professores e a sociedade civil através da construção e promoções educativas e culturais, partindo do conhecimento da história local através de lugares de memória (CORDEIRO, 2019).

O território do São Bento foi ocupado pelos povos das conchas, ou seja, fazedores de sambaqui. Esses humanos eram caçadores, pescadores e coletores de mariscos e crustáceos; ajuntavam as cascas e os restos desses invertebrados para demarcar o lugar ocupado (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015). Hodiernamente, somente o Sambaqui do São Bento foi escavado com condições para a construção de um sítio escola (SOUZA, BEZERRA e SILVA, 2015) e com a criação do Centro de Referência Patrimonial Histórico de Duque de Caxias em 2005, (CRPHDQ) o percurso visitado que tem o sítio arqueológico dos sambaquis passou a ser chamado de Museu Vivo do São Bento (CORDEIRO, 2019).

Para Gomes (2016, p.62):

o Museu Vivo do São Bento, através dos seus percursos e de suas exposições, revela a natureza material e imaterial do patrimônio cultural da comunidade onde está inserido, pois nele se podem ver materializadas as vivências e os saberes acumulados ao longo do tempo nos objetos reunidos por moradores, nas edificações, nos monumentos, nos sítios arqueológicos existentes na região – marcas da presença humana que transforma o ambiente onde vive para o bem e para o mal; mas também através das tradições, das manifestações religiosas, das lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, do jeito de morar e de fazer da população local, que o museu se propõem a preservar e divulgar. A identidade cultural de uma região se constrói a partir do seu patrimônio e se expressa a partir de sua população.

O MVSB mantém a história local, regional e a sensibilização da comunidade para que em conjunto possam manter a identidade cultural daquele território, promovendo o turismo pedagógico e patrimonial no município de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, almejando assim, a proteção e a manutenção das edificações e patrimônios tombados.

Sendo um museu de percurso, ele está inserido na perspectiva de museu que interage com a comunidade, se inserindo, com isso, na proposta de museu integral, conceito presente na declaração de Santiago do Chile. A declaração definia como princípio de “que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve (BEZERRA; LAURENTINO, 2022, p. 231).

## PERCURSO, ATIVIDADES E POSSIBILIDADES NO MVSB



Figura 1 – Inventário do bairro (Fonte: ASTORGA – projeto arquitetônico Museu Vivo do São Bento)

O Art. 3º da Lei Nº 2224 de 2008/Duque de Caxias que versa sobre a criação do MVSB institui os seus percursos, a saber:

- I. Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como **Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento**;
- II. **Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino** – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
- III. **Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial** – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
- IV. **Prédio da Fazenda São Bento**, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores recentemente – **destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias**;
- V. Prédio da Fazenda do São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como **sede do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias** e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;

- VI. **Casa do Colono** – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós 30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
- VII. **Sambaqui do São Bento** – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralianas nas cercanias da Guanabara, destinado a instalação do Museu dos Povos das Conchas;
- VIII. **Casarão do Centro Panamericano de Febre Aftosa** instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
- IX. Elevação conhecida como **Morro da Escadaria ou da Marinha**, destinada como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
- X. **Novo São Bento** – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural.<sup>4</sup>

O projeto da ASTORGA arquitetura (2011) produzido voluntariamente com objetivo de revitalizar edificações, mostra o bairro de São Bento nas suas potencialidades e motivações históricas com a perspectiva dos espaços, porém sem a ênfase turística. Em harmonia com este delineamento e buscando incorporar o viés turístico nesta atividade de percurso, concordo com Beni (2004) ao propor que o sistema<sup>5</sup> de turismo (SISTUR) tem o objetivo de desenvolver o plano turístico de determinado local, com a análise sistêmica observando as relações ambientais (ecológicos, econômicos, culturais e sociais), estruturais (superestrutura, infraestrutura) e as ações operacionais (oferta, demanda, distribuição).

Desta maneira, apresentarei nas próximas linhas a relação do percurso no MVSb com o sistema de turismo explicitado por Beni em seus variados elementos, captando alguns deles e correlacionando-os com a experiência vivenciada no MVSb enquanto monitor, apontando os desafios e potencialidades do espaço enquanto atrativo turístico.

a) Estruturais e sociais: No dia a dia do MVSb os percursos são apresentados de maneira histórica por professores da rede municipal de educação, que percorrem sobre as temporalidades do ambiente, levando o visitante a pensar nos vários períodos e situações que o território viveu. O guiamento pelos espaços temporais que o MVSb opera é caracterizado pela

---

<sup>4</sup> Grifo nosso

<sup>5</sup> Pode-se definir sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. (BENI, 2004, p. 23)



contação da história, mas a experiência do percurso não dispõe de aparato tecnológico integrado ao seu patrimônio, ou seja, o sentido “pedagógico” é visualizado em sua realidade, denotando um clima de sala de aula ao ar livre nas abordagens sobre os tempos históricos, sem proporcionar envolvimento sensorial mais dinâmico que, no meu sentir, poderia ser melhor experienciado com o auxílio de equipamentos tecnológicos. Essas ações de guiamentos pelos professores abrangem a socialidade da educação patrimonial com proposta de ressaltar a vivacidade da história e das temporalidades, projetando e valorizando a comunidade que se vê inserida na construção da memória nacional.

O Sambaqui também tem recebido poucas visitas, pois depende de condições climáticas satisfatórias e obras de melhorias que garantam adequada acessibilidade ao público. A infraestrutura que compreende toda uma esfera patrimonial e de serviços, perfaz um conjunto de necessidades urbanas básicas (energia elétrica, saneamento, transporte, segurança etc.) e são essenciais à um espaço de visita. Quando analisamos as infraestruturas gerais, percebemos que em contexto amplo o potencial turístico São Bento precisaria de financiamento estrutural no sentido da recepção turística, através de serviços que atendam às necessidades do visitante, nas proximidades do percurso.

Foi identificado que o bairro São Bento não contempla unidades produtivas de bens e geradoras de serviços capazes de promover as ações desenvolvidas no MVS. Aleixo e Costa (2014) mencionam que os impactos positivos do turismo provocam mudanças positivas no ambiente onde se localiza, produzindo infraestruturas, criando empregos, gerando também impactos “simbólicos”, aumentando a autoestima da população local, conscientizando para preservação do patrimônio e contribuindo com a troca entre as populações locais e turistas.

É importante salientar que a questão envolvendo a superestrutura deveria discutir e abordar, através de um conselho municipal, programas para o crescimento do turismo local. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo aspectos operacionais da atividade, sendo parte do desenvolvimento do local, maximizando e protegendo os recursos turísticos (Beni, 2004).

Sobre isto, Beni aponta que:

O turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústria complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.” (BENI, 2004, p. 65)

Por fim, os atores sociais conjuntamente ao setor público e privado devem agir para que o desenvolvimento venha acontecer. O poder público municipal, representado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deve conservar e preservar os bens, fiscalizando e protegendo, mantendo valorizados e disponíveis (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

b) Gestão e Operacionalização: Alguns dos equipamentos turísticos relacionados no percurso não são de propriedade exclusiva do museu, sendo pertencentes a outras instituições, como por exemplo o caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos homens de cor e do Casarão Beneditino, ambos em posse da Diocese de Duque de Caxias. Isto dificulta a gestão e descentraliza a coordenação que, atrelados a outros problemas de infraestrutura, bem como ao distanciamento entre os atrativos, culmina com uma visitação / guiamento fragmentado prejudicando a construção de um raciocínio lógico e sequencial pelo visitante.

O percurso apresentado pelo Museu encontra obstáculos para sua execução plena, pois não há um planejamento de guia que abranja a totalidade dos equipamentos turísticos descritos na legislação (art. 3 da Lei Nº 2224 de 2008), desta forma as visitas são restritas e atreladas a agendamentos prévios, comprometendo a visitação espontânea na sua totalidade pelo percurso, uma vez que sempre são realizadas mediante a presença de um dos professores ou historiadores do próprio MVSB.

Nas ações que tenham como oferta e demanda, pode-se visualizar que o MVSB tem feito uma abordagem de promoção nos círculos acadêmicos, o que engloba as universidades e a rede de museologia social do Rio de Janeiro (REMUS), com esse aspecto traz visões qualificadas para acrescentar conceitos e abordagens propositivas.

As atividades museológicas são difundidas nas redes sociais com o apoio de um *Web Site* e os cursos e palestras em nome do MVSB podem ser facilmente acessados no *YouTube*, o que denota uma interatividade positiva.

c) Ecológico: Por localizar-se em uma APA, conta com elementos arqueológicos e ecológicos remanescentes da Mata Atlântica, que são aspectos importantes para o turismo cultural. Em relação a preservação do ambiente é possível notar que a sustentabilidade demanda de uma conexão que junta a preservação com a geração de renda, ademais vivemos em uma sociedade capitalista. Ambos trazem o prefixo ECO, ou seja, é necessário equilibrar as forças econômicas e ecológicas para que os benefícios sejam a médio e longo prazo (Beni, 2004).

d) Culturais: São desenvolvidas na sede do MVSB, programações dedicadas à população local como: artesanato, capoeira, exposições temáticas e cursos de extensão sobre a Baixada Fluminense, leitura e agentes do patrimônio. Segundo Beni (2004) o turismo em certo sentido é um

instrumento de reabilitação das culturas, proporcionando sua difusão e isto vai ao encontro do que é proposto no MVSb, uma vez que cada uma destas atividades desenvolvidas oferece oportunidade da participação comunitária nos projetos culturais locais, construindo habilidades e projetando perspectivas de um lazer lúdico. Neste sentido, o entretenimento emana aspectos identitários que culminam com o fortalecimento da manutenção daquele território.

O MVSb envolve a construção de um turismo cultural local, por compreender um conjunto de temporalidade que se expressa nos equipamentos do bairro. O espaço cultural é aquele que devido a atividade humana mudou sua fisionomia original, destacando o trabalho do homem em adaptar o ambiente natural para o uso (Beni, 2004).

## **ANÁLISES E PROPOSTAS DE AÇÕES**

Ante o exposto, é possível considerar que alguns aspectos não impactam tanto, visto o tempo de envolvimento com o turismo cultural local, por exemplo, a maioria das atividades realizadas no MVSb são de curta duração, ou no máximo um dia, não necessitando assim urgência de serviços pontuais como é o caso de oferta de alojamento. Em contrapartida, outros pontos podem e devem ser beneficiados com a melhor identificação e sinalização das vias, e construção de estacionamento, impactando diretamente na recepção de grupos e nos deslocamentos dos visitantes pelos atrativos do museu.

No entanto, neste momento, entendo que primeiramente deve ser estruturado um plano para recuperação, proporcionando restaurações e ampliação das estruturas físicas, somado à um plano de gestão operacional para a gerência efetiva de todos os empreendimentos, publicizando assim a revitalização completa do museu, para desta forma criar uma prospecção para a demanda reprimida incrementando o turismo local. O princípio é determinar com exatidão qual será a oferta necessária futura (Beni, 2004), por exemplo, através de um cronograma de atividades, com um plano de marketing dos locais e da região, a fim de divulgar e informar o público interessado nesta proposta turístico-cultural. Isto reforça a ideia de Beni (2004), quando menciona que as etapas para construção de uma demanda turística devem *a priori* se concentrar no público, respeitando assim a ordem cronológica das ações que desencadeiam os próprios aspectos da museologia social, para tal, é necessário alocar recursos em questões mais pontuais e imediatas e isto demanda todo um plano de ações em conjunto com organizações governamentais e privadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Vivo do São Bento compreende um conjunto cultural que carrega historicidade material e imaterial. Que tem potencialidade para ser um ponto turístico, levando os objetivos da nova museologia social.

Pude observar na experiência de campo que os planos de ações necessárias devem abranger, *a priori*, as estruturas e o modelo operacional do MVSB, desenvolvendo os atrativos e executando cronogramas culturais com atividades rotineiras. A potencialidade do turismo cultural no MVSB encontra desafios para sua implantação visto que as políticas públicas não estão confrontando a necessidade desse espaço museal com a devida proporção.

As atividades da museologia social compreendem o envolvimento da comunidade nas ações periódicas, nesse aspecto a infraestrutura é o ponto inicial para o desenvolvimento turístico-cultural do espaço. Ademais, fica claro que sem ela pode-se haver prejuízo na acessibilidade e o uso adequado do museu, impedindo por exemplo, o crescimento do turismo cultural para pessoas com necessidades especiais.

Conforme o art. 30, IX<sup>6</sup> c/c com o art. 210<sup>7</sup>, CF/1988 o município deve promover os investimentos necessários para a promoção do ambiente turístico cultural. Muito embora o tombamento pelo IPHAN tenha sido feito e as obras de restauração propostas, o que se vê ainda é muito precário.

O turismo pode ser uma importante ferramenta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a sociedade nos aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos. O turismo no MVSB é possível, visto a sua potencialidade enquanto museu de percurso e espaço cultural, porém os desafios estão presentes e dependem sobremaneira do investimento público necessário e de iniciativa política para criar parcerias público privadas (PPPs). O aperfeiçoamento do local depende da iniciativa dos atores sociais que permeiam o território, com isso é primordial à aplicação de recursos para o desenvolvimento efetivo das práticas diárias e ampliação de projetos prospectivos na temática do turismo na Baixada Fluminense, por exemplo. No entanto, o grande desafio do MVSB é que esta política pública de financiamento e investimentos se torne real.

Concluo propondo a criação de um projeto piloto de visitação cultural, estruturado nos pilares do SISTUR, ou seja, estabelecendo atividades culturais, com cronograma fixo, monitorando a demanda, com melhorias estruturais, permeado por um controle financeiro adequado e dirigido para a

---

<sup>6</sup> “Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

<sup>7</sup> “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

execução das atividades. Desta forma, teremos um olhar holístico sobre as facetas que envolvem a estrutura do turismo e a sua interrelação com o espaço museal.

## REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Elis Regina Barbosa. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2013.
- ALEIXO, Erika. COSTA, Angélica Maciel. **Políticas Públicas de Turismo**. V. 1. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2014.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. 2012. 235 f. **Tese. Doutorado em Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio (UNIRIO)**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, p. 99-117, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 03 de set. 2022.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília, DF: 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília, DF: 2010.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 10ª ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BRAZ, Antonio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias**: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.
- BEZERRA, Nielson Rosa. LAURENTINO, Eliana. **Baixada negra** – escritas, identidades e práticas educativas em diáspora. Duque de Caxias: Esteio, 2022.
- CAFE, D.C. Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena. 2007. 200 f. **Dissertação. Mestrado em Socio museologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.
- CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla (ORGS). **Território, museus e sociedade**: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.
- CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. “Seu lugar é no museu!”: a atuação do Museu Vivo do São Bento na construção de sentidos sobre o

patrimônio da Baixada Fluminense. 2019. 124 f. **Dissertação. Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade. UFFRJ**, Nova Iguaçu, RJ, 2019.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº. 2.224, 07 de novembro de 2008**. Criação do Museu Vivo do São Bento. Duque de Caxias: Câmara municipal, 2008. Disponível em: <https://www.museuvivodosabento.com.br/arquivos/lei-de-criacao-museu-vivo.pdf> Acessado em 03 de set. 2022.

Decreto **Lei nº 25 de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio histórico e artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto-Lei%20n%C2%B0%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf>. Acessado em 12 de set. 2022.

GOMES, Marta Taets. Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFHISTORIA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

IBGE. **Dados demográficos de Duque de Caxias**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama> Acessado em 23 de ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museu e Turismo: estratégias de cooperação**. Brasília; DF, 2014.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Militantes da cultura em uma área periférica. Duque de Caxias (1950-1980). **Dissertação. Mestrado em história. PPGH USS**, Vassouras, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, T. Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo e a experiência do Museu Vivo do São Bento. **Cadernos de Socio museologia**, v. 59, n. 15, p. 25-52, 3 jun. 2020.

RIO carioca instituto interdisciplinar; Astorga. Projeto arquitetura; museu vivo do São Bento. **Apresentação em power point**. Duque de Caxias: jan. de 2011.

SOUZA, Marlucia Santos. BEZERRA, Nielson Rosa. SILVA, Paulo Pedro da. **Olhares: breve história da ocupação humana no município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. EBOOK.

SOUZA, Marlucia Santos de. Escavando o passado da cidade. História política de Duque de Caxias. **Dissertação. Mestrado em história. PPGH UFF**, Niterói, 2002.

TERREIRO, André. Duque de Caxias: o território e sua gente. Duque de Caxias, RJ: **FEBF**, mar. de 2016. EBOOK.